

O tema do desenvolvimento no imaginário político paranaense (1930-1960)

Luiz Carlos Ribeiro
(DEHIS/UFPR)

Resumo

A presente comunicação objetiva a análise do pensamento empresarial e governamental paranaense sobre o processo de desenvolvimento do estado, entre a conjuntura de 30 e do início dos anos 60. O texto registra pelo menos três estratégias de desenvolvimento presentes no pensamento político regional: a da expansão das fronteiras agrícolas, principalmente a investida paulista ao norte do estado; a das práticas verificadas entre as empresas pequenas e familiares, ligadas às atividades industriais e comerciais tradicionais; e o discurso da industrialização proposto pelo grande capital, nacional e internacional, produzido já nos anos 40/50 e posto nos anos 60 como vanguarda e ruptura. A historicidade da formação, da permanência e da superação desses discursos é o tema dessa comunicação.

Abstract

The present communication intends to analyse the state of mind of Parana's government and businessmen about the state development process between the thirties and early sixties. The text records at least three development strategies which were present in the regional political thoughts: the expansion of the agricultural borders, in particular those of São Paulo to the north; the practices found among small and familial businesses, linked to traditional industrial and commercial activities; and the industrialization speech proposed by the great capital, national and international, made in the forties/fifties and posted in the sixties as avant-garde and breakaway. This communication's subject is the historicity of these speeches beginnings, permanence and overcoming.

Introdução

O objetivo do presente artigo é discutir a postura das elites empresariais e políticas do Paraná, no que se refere às potencialidades de desenvolvimento do estado nos anos 30/60. A discussão se inscreve, portanto, no campo da história do pensamento econômico. Trata-se de um tema particularmente instigante, até por conta do Paraná experimentar nesses anos noventa uma nova rodada discursiva sobre a sua recorrente industrialização.

Grosso modo, o tema do desenvolvimento, e em especial o da industrialização, obedece uma certa circularidade histórica no Paraná. Ele está sempre colocado na vanguarda do pensamento empresarial, parecendo nunca se realizar efetivamente, situação típica de uma economia de predomínio agrícola.

Desse modo, o objetivo nesse artigo é historicizar o pensamento econômico, a partir de momentos específicos, procurando apresentar algumas explicações sobre as dificuldades da realização efetiva do desenvolvimento regional, conforme o imposto pelo imaginário do progresso e da civilização.

Em artigo publicado em pleno movimento revolucionário de trinta, o então jovem Brasil Pinheiro Machado sintetizava uma crítica à inexistência, no Paraná, de uma elite capaz de elaborar de maneira autônoma, um projeto que respondesse às expectativas específicas do desenvolvimento regional.

Tempos de ante-ontem e de hoje, os círculos oficiais são os mesmos.

O mal do Brasil, não será, talvez, a forma de governo, mas o vício hereditário dos homens de governo.

E em estados como o Paraná este mal toma um caráter mais profundo, devido a fatores a eles inerentes.

A sua falta de importância nas balanças governamentais da União, faz de seus governos um mecanismo inteiramente submetido a interesses de governos de Estados mais fortes, para cujo apoio sacrificam todo o trabalho e toda a ação que, se fossem aplicadas em rumos administrativos e econômicos, lhes assegurariam muito melhor do que aquela submissão, o equilíbrio do poder. (Pinheiro Machado, 1930:133)

A bem da verdade, o discurso da ingovernabilidade proferido por Pinheiro Machado era a tônica predominante entre os intelectuais críticos do liberalismo republicano e da "política dos governadores", impostos pela oligarquia cafeeira à maioria dos estados brasileiros. Afinal, esse era o discurso dos revolucionários de trinta. Ao mesmo tempo, não se verifica no posicionamento de Pinheiro Machado um discurso mais elaborado sobre o desenvolvimento regional.

Na conjuntura revolucionária de trinta, um outro discurso que se manifestou crítico no Paraná foi o do jornal Gazeta do Povo. Sua posição, também na raiz da crítica aos desmandos da república "café com leite", acusava o grupo situacionista de revezar-se no poder, de tratar as eleições com desdém e de continuar oprimindo a população. Define-a como uma "política de compradescos a fazer a felicidade de ditosos grupos familiares, enquanto o povo, (...) sofre cada vez mais". (Gazeta do Povo, 26.7.1928)

Nesses termos, conclui-se para a região o que dizia a crítica aliancista de modo geral sobre os governistas: não existiria no estado uma elite capaz de pensar um projeto de desenvolvimento específico para o Paraná.

Assim, cabe questionarmos se existiu um discurso hegemônico sobre o desenvolvimento, no Paraná dos anos 30/40. Do mesmo modo, tendo em vista as transformações estruturais do país na década de 50/60, qual foi o comportamento das elites regionais frente às mudanças.

De princípio, o que verificamos é a existência de uma memória fragmentada no interior dessa elite, não nos permitindo falar de um discurso predominante. Correndo o risco de alguma simplificação, poderíamos falar na existência de pelo três referências, não necessariamente apresentadas como elaboradas estratégias de desenvolvimento: (1) as ações dirigidas pela expansão do capital cafeeiro paulista em direção ao norte do estado, a partir principalmente da década de 20; (2) as ações comandadas pela indústria tradicional, em geral ligadas à indústria pequena e familiar e, finalmente, (3) o discurso mais elaborado, ligado ao grande capital industrial, macro-ordenador do espaço social-produtivo.

Inscrito na lógica da expansão capitalista dos anos 20/40, o corpo ideológico produzido pelo capital cafeeiro paulista no Paraná não chegou, por um lado, a elaborar um discurso específico para a região, mas sim sobre o processo de ocupação do "oeste brasileiro" de maneira geral, ou seja, o "bandeirantismo" da conquista do sertão. Por outro, a inserção desse capital na região, modificando tanto o seu cenário físico quanto político, provocou no imaginário das elites locais a necessidade de posicionamentos, principalmente no que se refere a respostas às demandas geradas pela nova fronteira.

Com isso queremos dizer que a elaboração de um cenário de perspectivas sobre o norte cafeeiro, não foi uma decisão endógena das elites locais, mas uma "opção" colocada pela marcha do capital cafeeiro. Em outras palavras, a decisão de ocupar dessa ou daquela forma a região — conformando por consequência uma política mais ampla de desenvolvimento para o estado — foi dada pela lógica desse capital e não por uma estratégia das elites locais. O que se construiu inicialmente sobre a região foi decorrência de um movimento ao qual as elites locais tinham muito pouco a dizer. Na verdade, as posturas iniciais foram de descrédito ou de ignorância sobre a nova fronteira. Somente a partir do momento que a região se consolida e inicia a geração de renda e demandas as mais diversas — anos 40/50 —, é que um posicionamento mais efetivo se verifica.

Desse modo, o discurso sobre o movimento das fronteiras agrícolas no Paraná contém um duplo conteúdo, dado tanto pela lógica da elite iniciadora do movimento, quanto da receptora.

Assim, uma boa parte das representações ligadas ao capital cafeeiro no Paraná foram produzidas externamente. Mas a sua existência na região, tenham sido produzidas originalmente fora ou não, elas adquirem forçosamente uma especificidade local.

Nos primórdios da expansão cafeeira — anos 20/40 — era muito frágil, ou mesmo inexistente, um discurso das oligarquias paulistas sobre um desenvolvimento específico paranaense. Para esse capital, a região era apenas um espaço livre dos limites que se impunha ao plantio do café em São Paulo. Tratava-se de um sertão a ser ocupado pela expansão

capitalista, muito bem sintetizada na ideologia da "Marcha para Oeste". Ou seja, a expansão do progresso em direção aos sertões, levando para essas regiões a civilização do capital moderno. Tratando dessa memória, sintetiza José Henrique Rollo Gonçalves:

Os relatos geográficos sobre o Norte do Paraná fabricados entre 1930 e 1950, aproximadamente, refletiram, em certa medida, representações etnológicas e projetos políticos que estavam circulando entre as elites dirigentes - e, mais pormenorizadamente, paulistas e paranaenses - relacionados com a territorialidade do Estado e do modo de produção capitalista no mundo rural brasileiro. (1995:5)

Na verdade, todo o processo de ocupação da fronteira ao norte do estado era visto quase exclusivamente como um interesse "paulista". Ou seja, o Norte do Paraná como um prolongamento de São Paulo.

O lugar de produção desse discurso sobre a região cafeeira paranaense era o interesse do capital paulista, manifesto através das companhias de colonização, como por exemplo a inglesa *Paraná Plantation Limited*, mais tarde Companhia Melhoramentos Norte do Paraná-CMNP.

De modo predominante, quem tratava dos interesses da região não era o governo ou o empresariado paranaense, mas os representantes paulistas e ingleses ligados às companhias colonizadoras e interessadas nos negócios do café.

O desenvolvimento econômico do Norte paranaense, como uma extensão dos interesses paulistas, obteve uma legitimação desde o discurso estadonovista do colonizador bandeirante — "A marcha para Oeste", Cassiano Ricardo, 1940 —, passando pela influência intelectual de geógrafos ligados a USP e aos institutos geográficos brasileiros, como os franceses Pierre Deffontaines e Pierre Monbeig, entre outros. (Gonçalves, 1995)

Portanto, quase tudo que se produziu sobre o norte paranaense foi elaborado pela lógica do capital paulista. Como afirmou Monbeig. em 1945, "a franja pioneira" norte paranaense não passava, no limite, de "uma região de economia paulista". (apud Gonçalves, 1995:93)

O momento em que o café esgota a fase pioneira da expansão e começa a exigir novos e vultuosos investimentos de infra-estrutura e escoamento, coincide com a retração da sua potencialidade financeira no cenário nacional. Esse fato faz com que a possibilidade de manutenção da eficiência econômica deixe de ser um investimento privado das companhias colonizadoras e passe a ser um problema do governo paranaense. É a partir desse momento que, pressionado pelos interesses do café — agora não mais "paulistas" — e pelas fronteiras agrícolas do oeste, as elites governamentais vêem-se na necessidade de responder às demandas de administração econômica e social dessas regiões. É essa a tônica dos discursos dos governos de Bento Munhoz da Rocha e Moisés Lupion, na décadas de quarenta e cinquenta.

Já a análise da documentação produzida pelo empresariado industrial paranaense entre os anos 1940 e 1965, nos permite uma outra percepção desse processo. Enquanto fração

de uma elite fundada em uma economia de forte tradição agrária e de desenvolvimento industrial incipiente, o patronato industrial, ao produzir um imaginário de organização social e econômica, nos revela um duplo comprometimento com os conceitos produzidos pela grande indústria: ao mesmo tempo que demonstra o caráter de verdade dos conceitos de Estado e de Desenvolvimento, revela a sua parcialidade. Na medida em que as suas práticas teóricas e políticas não se reduziram às determinações presentes nesses paradigmas, esses agentes produziram uma conceituação diferenciada e uma singularidade histórica. Na sua ação política, eles tanto demonstraram o conhecimento dos valores universais que fundamentavam o estado e o desenvolvimento capitalista, como se apropriaram desses valores na medida de suas condições históricas. Em outras palavras, mesmo demonstrando terem bem definidos os conceitos de desenvolvimento e de organização social — a partir dos pressupostos de uma sociedade "industrialmente organizada" —, isso só se tornou preocupação generalizada nas suas ações políticas a partir do momento em que as estruturas agrárias encontraram-se esgotadas, criando assim as condições para a efetivação daquele projeto.

Assim, se o conhecimento produzido pela literatura científica brasileira nos fornece categorias de análise da realidade nacional a partir de fundamentos de uma sociedade industrial, a experiência vivida pela elite paranaense, nos indica um processo mais complexo. Por conseguinte, se nos pressupostos de organização social da elite brasileira desse período, o desenvolvimento através da industrialização era uma prioridade, ele não era, contudo, uma prática generalizada no interior dos diversos estados brasileiros. Essa constatação, por conseguinte, não nos permite reduzir os conceitos de estado, elite ou desenvolvimento, no Brasil, a um predicado único. Se esses conceitos generalizaram-se porque produzidos a partir de experiências realizadas em economias dinâmicas (como é o caso das produções teóricas de Simonsen nos anos 40, em São Paulo), eles não são o "universal" brasileiro. Em breve, os conceitos de estado, de elite ou de desenvolvimento, produzidos pela vanguarda de economias dinâmicas e universalizadas pela ciência, encontram-se fortemente presentes na memória das elites paranaenses, mas não definem as suas ações, uma vez que as condições históricas eram outras.

Enquanto a evolução das estruturas econômicas, nos anos trinta, apontava para as elites de São Paulo o esgotamento da economia cafeeira, colocava para o Paraná o começo do *boom* cafeeiro. Portanto, quando em São Paulo o projeto da industrialização nascia e se generalizava, no Paraná o progresso encontrava o seu impulso na fronteira agrícola do café. Nesse sentido, não há nenhum caráter de atraso das elites paranaenses, como indica a literatura posteriormente produzida. A modernidade no Paraná dos anos quarenta e mesmo cinquenta, diferentemente do que experimentavam as elites patronais paulistas, encontrava-se na viabilização da expansão agrícola e na ocupação dos espaços vazios, ao Norte ou ao Sudoeste.

Por outro lado, a constatação de que no Paraná dos anos quarenta e cinquenta, a expectativa do progresso encontrava-se na expansão agrícola e na ocupação territorial, não significa negar a existência, nesse Estado, de um discurso favorável à industrialização. Desse raciocínio extraímos que a singularidade da experiência paranaense não se encontra apenas na sua diferença, mas também na sua identidade com a experiência paulista.

E preciso ter claro, ainda, o fato de que, se as condições históricas viabilizavam a expansão econômica paranaense via especialização agrícola, não nos é possível ignorar que o projeto de industrialização encontrava-se difundido no mercado internacional, particularmente a partir dos anos trinta. Assim, o fato de no Paraná não existirem as condições para um surto industrial como em São Paulo, não o transformava em uma sociedade agrícola isolada. A especialização agrícola determinada por uma divisão nacional de trabalho, não impedia, nesse Estado, o projeto de industrialização, apenas não o tornava prioritário.

Assim, apesar da existência de um discurso favorável à expansão agrícola, não existiu, no Paraná, um projeto agrícola que pensasse o conjunto da sociedade. A definição autoritária da industrialização como via de desenvolvimento, se encontrava generalizada, não cedendo espaços para um projeto agrarista. O atributo de "vocação agrícola" dado ao Paraná, correspondia muito mais às imposições de mercado, do que a um projeto político de organização social. Assim, a atuação governamental na organização das fronteiras de expansão agrícola, constituiu-se muito mais uma necessidade das elites locais em responder às demandas sociais e políticas — impostas pelas frentes migratórias e de ocupação —, do que de uma proposta ampla de organização social. Esse raciocínio nos autoriza afirmar que a idéia de industrialização, que se encontrava prioritária nas regiões de economia mais dinâmica, não se viabilizou integralmente no Paraná. A rentabilidade do café e a ausência de perspectivas de industrialização, não permitiram que se aprofundasse no discurso das elites paranaenses, propostas concretas de industrialização. Contudo, pelo fato de ser resultado de uma experiência histórica que extrapolava os limites do Paraná, a temática da industrialização era, paradoxalmente, a proposta de organização social mais bem elaborada.

Produzido pela experiência capitalista internacional, o projeto de organização da sociedade com base em uma economia industrializada, se reproduzia no Paraná, apesar de não ter se constituído — até meado dos anos cinquenta — na prioridade política das elites locais. Não era, portanto, por atraso ou desconhecimento do processo de desenvolvimento industrial, que o Paraná progredia nos anos 40/50 com base na monocultura do café. Eram as condições estruturais que determinavam a divisão internacional e nacional de trabalho — indústria e diversificação agrícola em São Paulo e monocultura exportadora no Paraná — e que inviabilizavam a concretização, nesse Estado, do projeto da industrialização.

De qualquer modo, no Paraná, o projeto da industrialização, fundado na grande empresa, encontrava-se presente no discurso das lideranç s empresariais (RIBEIRO, 1991:129-142). Porém, enquanto projeto de uma elite que procurava se antecipar a um

processo de iminente desordem econômica e política (a conjuntura revolucionária de trinta e a crise do café paulista), a imagem da industrialização permanece como um discurso de vanguarda no Paraná. Se o discurso da liderança empresarial paranaense, nos anos quarenta/cinquenta, já defendia a industrialização na região, a estrutura industrial do Estado, fundada na pequena empresa, em geral de caráter doméstico, não permitia que a idéia se difundisse e se realizasse da forma pretendida. O imaginário da modernização tecnológica, presente por exemplo na liderança sindical madeireira, não encontrava solo favorável para a sua difusão, nem mesmo nesse ramo da indústria.

Distante da hegemonia da grande indústria e da necessidade de reordenamento da economia por ela colocada, o empresariado paranaense, enquanto conjunto, não participou com a mesma ênfase do projeto político de ampliação do controle estatal sobre a economia. Diferentemente do empresariado da grande indústria, que procurava impor um disciplinamento ao mercado nacional — racionalização da produção, do planejamento da economia, etc —, a indústria paranaense, que não competia com a mesma intensidade nesse mercado, encarava a idéia da centralização como um tolhimento às suas aspirações.

Se do ponto de vista da grande indústria a forma tradicional e muitas vezes familiar era um modo irracional de produção, este sistema parecia satisfazer aos interesses da pequena indústria, que não necessitava da elaboração de todo um projeto de reordenamento tecnológico, econômico, social ou político. Pelo menos não na mesma direção e na mesma intensidade do proposto pelo grande capital. Se o patamar de acumulação da grande indústria nacional exigia uma reorganização de fundo na sociedade brasileira, isto não era vital para o conjunto da indústria paranaense. Parecia não existir, naquele momento, algo que colocasse em risco os padrões de acumulação das elites locais, pelo menos não o suficiente para atender às propostas de ruptura das elites ligadas ao grande capital. Ou seja, não estava colocada para aquela elite a idéia de crise de seu padrão de acumulação, fundado majoritariamente na pequena empresa e na monocultura exportadora do café.

Propondo a criação de órgãos centralizados de planejamento econômico e de racionalização da produção, como o Instituto Nacional do Mate ou o Instituto Nacional do Pinho e de uma legislação sindical de inspiração autoritária¹, a grande indústria procurava estender para o conjunto do empresariado nacional uma disciplina e um controle que excluía do mercado um grande número de pequenas empresas. Na ótica da grande indústria paranaense, representada no discurso da vanguarda empresarial — voto minoritário no mercado local —, essas medidas interessavam diretamente. Do ponto de vista da massa dos pequenos e médios empresários que predominava no mercado paranaense, a aceitação dessa disciplina não era tão evidente.

¹ Por exemplo, não houve em 1943 uma luta pela fundação da Federação das Indústrias do Estado do Paraná-FIEP. Ela teria sido mais decorrência da obrigatoriedade da lei e imposição do Interventor Manoel Ribas do que uma demanda do empresariado local (RIBEIRO, p. 143/4)

No Paraná dos anos trinta a cinquenta, o discurso da grande indústria não só permaneceu isolado, como não teve força de determinação nas regras de mercado. A pequena indústria, sobretudo a indústria doméstica, tinha muito mais espaço e sentido de permanecer e resistir, apesar do discurso da racionalização. Esse discurso, frise-se, estava presente na pequena indústria, mas não lhe determinava.

Refletia essa situação o número reduzido de apenas 7 sindicatos patronais registrados em 1953 — os mesmos desde 1943, quando da fundação da Federação das Indústrias do Estado do Paraná —, bem como a predominância, durante todo o período em estudo, da denominada indústria tradicional.

Esse breve panorama de idéias demonstra o ecletismo das propostas presentes no cenário político brasileiro. A complexidade e a diversidade revelam uma interação entre as estratégias de poder das diversas elites regionais.

A análise demonstra como os projetos da *industrialização* e da *Marcha para Oeste* não são antagônicos, mas respondem ao mesmo movimento de modernização da economia, reclamado pela dinâmica do desenvolvimento brasileiro. O Paraná — assim como as regiões de extremo-oeste paulista e Mato Grosso, por exemplo —, pelas suas condições históricas de território não ocupado do ponto de vista da nova dinâmica do capital, tem na *ocupação do sertão* o seu ideal de modernidade e progresso. A expansão do café paulista ou a atração de milhares de gaúchos e catarinenses para o oeste paranaense, estão perfeitamente entrosados na dinâmica da modernização da economia brasileira.

Nesse sentido, a leitura de algumas práticas políticas no Paraná, permite verificar que as elites têm divergências quanto a condução do processo de desenvolvimento para o estado.

De um lado, diante das pressões emergentes, as elites governamentais apontam a ocupação de territórios e o desenvolvimento agrícola como estratégia prioritária para o Paraná. Para elas, o que efetivamente indicava o progresso e o desenvolvimento era tanto o problema da ocupação que se impunha pela imigração quanto a pressão exercida pelo capital cafeeiro paulista. Mais do que isso, impunha-se a esses governantes — mesmo que na sua maioria originários de uma região tradicional da sociedade paranaense — ter de pensar o Paraná na sua globalidade, inclusive tendo de gerenciar o conflito entre o novo e tradicional.

De outro, mesmo sendo as elites industriais porta-vozes de um dinamismo do capital, não conseguiram adotar seu modelo, permanecendo no mercado local a estrutura produtiva tradicional. A hegemonia do modelo primário-exportador sobre o industrial, explica-se pelas condições objetivas (materiais e de mentalidade) para a adoção ou não desses modelos.

De princípio, porque a expansão agrícola era uma iniciativa do capital paulista, não demandando recursos das elites locais. O ouro verde era uma dádiva do progresso que caía em

suas mãos. Além disso, apesar de dinâmica na economia local, a expansão das fronteiras exigia investimentos baratos e disponíveis no mercado nacional, já que fundava-se na abundância de terras, no deslocamento de mão-de-obra barata e numa tecnologia difundida e de baixo custo. Essa expansão, sem dúvida uma necessidade essencial para o capital paulista, encontrou resposta no território paranaense, podendo ser apontada como uma das evidências da interação.

A industrialização, ao contrário, fazia exigências de modernização tecnológica cujos recursos de capital não se encontravam disponíveis no mercado nacional. Além disso, a força da indústria tradicional — erva-mate, madeira, alimentos, etc — enrijeceu mais ainda a resistência desses empresários à modernização. Na verdade, o tema da industrialização só ganhará prioridade na política local no final dos anos cinquenta, quando o café entra em crise.

Nesse sentido é possível perceber, a partir de meados dos anos cinquenta, a mudança de estratégia das elites paranaenses. E como ela não se constituiu de nenhuma ruptura com um "passado de atraso", nem a inauguração de um "novo" Paraná. Toda a base do projeto de industrialização do Paraná, produzido a partir da criação de órgãos estatais de planejamento (PLADEP a partir de 1955 e CODEPAR a partir de 1962), já se encontrava elaborada no imaginário das elites, desde o começo do *boom* cafeeiro paranaense. O "novo", não se constituiu da produção de um projeto de industrialização do estado, mas da queda da rentabilidade do café e da pressão que o desequilíbrio da concentração industrial paulista provocava.

Quando a fronteira agrícola do café, no Paraná, começou a se esgotar no final dos anos cinquenta, todo o corpo teórico do projeto da industrialização, que se encontrava depositado na memória de sua elite, ganhou objetividade e se transformou em prioridade. Portanto, durante o Governo Ney Braga (1961-1965), todo o fundamento da superação da monocultura agrícola — vista nesse momento como a causa do atraso do desenvolvimento do Paraná —, adquiriu o estatuto político de "novo" e de "ruptura", através do projeto da industrialização. Elaborar esse discurso de ruptura, foi a forma encontrada pelas elites, para viabilizar uma reorganização econômica sem traumatismos profundos à ordem política e social. Isso tudo porque ela se encontrava enfraquecida pelos problemas trazidos tanto pela abrupta concentração populacional das frentes agrícolas, quanto pela queda da rentabilidade da exportação cafeeira.

O aspecto relevante que extraímos dessa reordenação das estratégias do desenvolvimento paranaense foi o de que, ao apontar para a garantia da identidade política do Paraná, conclamando as elites e a população em geral a se reunirem em torno do projeto da industrialização, o "modelo paranaense de desenvolvimento" dos anos sessenta foi revelador da concentração regional da renda. Esse fenômeno de "defesa dos interesses regionais", presente em quase todos os estados brasileiros, sem dúvida foi um dos elementos presentes no processo golpista de 64.

Concluimos, portanto, que as elites paranaenses, fundadas em uma economia agrícola e em um setor secundário que tinha na sua base a pequena indústria, percorreram um caminho diferenciado daquele das elites brasileiras ligadas ao grande capital industrial. Enquanto nos anos quarenta e cinquenta, o movimento dessas últimas foi o da destruição da idéia do desenvolvimento através da especialização agrícola — propondo em oposição a defesa da diversificação do setor primário e principalmente da industrialização —, as elites paranaenses viviam a plena euforia cafeeira. Nesse momento, no Paraná, o projeto da industrialização pertencia a um círculo extremamente restrito. Já a partir do final dos anos cinquenta, um duplo movimento exigiu um reordenamento da política econômica no Paraná: de um lado, a superprodução do café e o esgotamento da fronteira agrícola, no Estado, colocava um fim no *boom* econômico fundado na expansão cafeeira; de outro, a violenta concentração dos recursos financeiros na industrialização — principalmente em São Paulo —, enfatizava as desigualdades regionais e impulsionava reações das elites que se consideravam prejudicadas com essa política de desenvolvimento. Esse movimento fez com que o projeto de organização social, a partir do pressuposto da industrialização, encontrasse sustentação política no Paraná e se tornasse objetivo prioritário no processo de desenvolvimento do Estado. Assim, no final do governo Ney Braga (1965), a monocultura cafeeira era já sinônimo de um passado de atraso e a indústria sinônimo de um "novo tempo", mesmo que as condições econômicas para a sua implantação se encontrassem ainda muito distantes. A retomada do debate sobre a industrialização, agora nos anos noventa, é revelador desse eterno retorno ao tema na sociedade paranaense.

Referências Bibliográficas

- RICARDO, Cassiano. **Marcha para Oeste**. A influência da Bandeira na formação social e política do Brasil. Rio de Janeiro: Livraria Olympio Editora, 1940.
- PINHEIRO MACHADO, Brasil, Instantaneos Paranaenses. In: **A Ordem**. Órgão do Centro D. Vital. Rio de Janeiro, ano X, nº 5 (Nova Série), fev. 1930.
- RIBEIRO, Luiz Carlos. **Le patronat et les pouvoirs publics au Paraná (Brésil) 1940-1965**. Paris : Université de la Sorbonne Nouvelle-Paris III, 1991. Tese de Doutorado.
- GONÇALVES, José Henrique Rollo. **História regional e ideologias**. Em torno de algumas corografias políticas do Norte paranaense — 1930/1980. Curitiba: UFPR. Dissertação de Mestrado.